FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA N°20/2015

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Consulta Pública sobre o Termo de Referência para orientar a contratação de consultoria para Avaliação Ambiental de Área Sedimentar e elaboração de Estudo Ambiental de Área Sedimentar na bacia sedimentar marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe | | | |
| **AUTOR** | **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
| PROOCEANO | Modelagem de Transporte e Dispersão do Óleo.  O A.3. | Substituir: “*O modelo numérico empregado nas simulações do transporte e dispersão do óleo deve ser baseado na descrição lagrangiana do movimento de partículas*” por “*O modelo numérico empregado nas simulações do transporte e dispersão do óleo deve ser baseado na descrição lagrangiana do movimento de partículas e deve ser capaz de diferenciar as frações do óleo em forma de gotículas ou mancha superficial, as frações do óleo dissolvidas na água e as frações do óleo nos sedimentos*” | Alguns modelos de dispersão de óleo apenas são capazes de simular a fração superficial do óleo (mancha de óleo). Para uma avaliação completa dos potenciais impactos ambientais é importante que o modelo de dispersão de óleo também seja capaz de simular o comportamento das frações do óleo na coluna d’água e nos sedimentos. |
| PROOCEANO | Modelagem de Transporte e Dispersão do Óleo.  O A.3. | Na lista dos critérios que as simulações de transporte e dispersão, consideramos importante acrescentar a indicação de que a modelagem deva considerar dois cenários de pior caso: um para vazamento de óleo na superfície do mar e outro para vazamento de óleo no fundo do mar. | Vazamentos de superfície e de sub-superfície produzem resultados bastante diferentes entre si e, consequentemente, diferentes danos ambientais. No caso de vazamentos de superfície, uma maior parte da massa de óleo permanece na superfície da água em forma de manchas de óleo, enquanto que no caso de vazamentos de sub-superfície uma maior parte da massa de óleo é dissolvida na água e permanece na coluna d’água. Essas duas situações de vazamento de óleo resultam em diferenças nas trajetórias do óleo no mar e em diferenças nos processos de intemperismos do óleo no mar. Consequentemente, as áreas, os *habitats* e as espécies a serem afetados pelas duas situações serão diferentes entre si.  Por isso, entendemos que para uma avaliação abrangente e mapeamento dos potenciais impactos associados com a exploração de óleo na Bacia Efetiva no contexto de um Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS), é fundamental que as duas situações sejam consideradas. Sugere-se que duas situações de volume de pior caso sejam consideradas para posição de vazamento em planta: uma associada a um acidente na superfície, como por exemplo, o rompimento de um tanque de armazenamento, e outra, associada a um vazamento no fundo dor mar, como por exemplo, um *blowout* submarino. |
| PROOCEANO | Modelagem de Transporte e Dispersão do Óleo.  O A.3. | Na lista dos critérios que as simulações de transporte e dispersão devem considerar, além da “*Espessura mínima de existência de óleo em superfície de 3.10-7 m*”, consideramos importante acrescentar valores limiares de existência de óleo relacionados com a concentração de óleo dissolvido/disperso na coluna d’água, com a massa máxima de óleo retido na costa e com a massa máxima de óleo nos sedimentos. Sugestão: Caso a ANP não queira estabelecer esses limiares no TR, solicitar a empresa que adote valores baseados em referências científicas que corroboram os valores adotados. | A definição de um critério de existência de óleo apenas baseada em uma espessura mínima da mancha superficial não é suficiente para o mapeamento de toda a área e todo volume de água potencialmente impactados pelo vazamento de óleo no mar. Além da superfície da água também é importante mapear a presença de óleo na coluna d’água, nos sedimentos e na costa. É possível encontrar artigos científicos com indicações de valores internacionalmente utilizados para esses limiares, como por exemplo, no artigo indicado a seguir:  French McCay, D.P, Reich, D., Michel, J., Etkin, D., Symons, L., Helton, D., Wagner. J., 2012“*Oil Spill Consequence Analyses of Potentially-Polluting Shipwrecks*,” in Proceedings of the 35th AMOP Technical Seminar on Environmental Contamination and Response, Emergencies  Science Division, Environment Canada, Ottawa, ON, Canada, 2012. |
| PROOCEANO | Modelagem de Transporte e Dispersão do Óleo.  O A.3. | Na lista de critérios que as simulações de transporte e dispersão é importante acrescentar que “O modelo de dispersão de óleo deve ter um algoritmo específico para calcular a retenção e remobilização do óleo na linha de costa. O algoritmo deve ser capaz de diferenciar os tipos morfológicos de costa, isto é, costão rochoso, praia arenosa, manguezais, planícies alagáveis etc...” | Os principais modelos computacionais de dispersão e intemperismo de óleo no mar possuem algoritmos para simulação da interação entre a massa de óleo no mar e a linha de costa. A utilização de modelos que possuam esta capacidade é fundamental para os cálculos de massa de óleo retido na costa. O Artigo a seguir indicado apresenta uma discussão sobre o assunto.  ETKIN, D.S., FRENCH-MCCAY, D.; MICHEL, J. 2007. Review of the State-of-the-Art on Modeling Interactions between Spilled Oil and Shorelines for the Development of Algorithms for Oil Spill Risk Analysis Modeling. Available from BOEM Environmental Division, Branch of Environmental Sciences. OCS Study MMS 2007-063. 161 p |
| REMO | 4.4.1 | Elaboração de base hidrodinâmica tridimensional, com resolução espacial adequada para resolver tanto a dinâmica na plataforma e talude continental, quanto na região oceânica adjacente. Como a região de estudo inclui a porção mais estreita da plataforma continental brasileira, recomenda-se uma resolução espacial de pelo menos 1/36°. Poderão ser utilizadas bases hidrodinâmicas públicas e validadas para a região de domínio da modelagem de dispersão de óleo, ou ser desenvolvida e validada com uso de dados meteo-oceanográficos históricos atualizados (disponíveis por meio das estações da Marinha do Brasil na região, entre outras fontes confiáveis), bem como dados de batimetria (das cartas náuticas do Centro de Hidrografia da Marinha do Brasil associados a outras fontes disponíveis). A base hidrodinâmica deverá abranger um período de tempo suficiente para representar alguns ciclos sazonais (pelo menos 4 anos), sendo capaz de representar as várias forçantes da circulação costeira e oceânica, incluindo: o campo de ventos, os fluxos de calor e água-doce na interface oceano-atmosfera, a vazão fluvial, as marés e a circulação oceânica de larga-escala. O processo de validação deverá avaliar qualitativamente e quantitativamente a estrutura termohalina e o campo de correntes associado. | Da forma como este item estava redigido, não estavam claros no texto os seguintes pontos: i) os tipos de forçantes que deveriam ser utilizadas no modelo de circulação costeira e oceânica (e.g. marés, vazão fluvial, condições de contorno realistas para a circulação oceânica de larga-escala e os fluxos de calor, água-doce e momentum na atmosfera), ii) o período mínimo de integração da base hidrodinâmica e iii) os tipos de dados que seriam considerados para validar a base hidrodinâmica.  A validação da estrutura termohalina e o campo de correntes associado é de suma importância para esta porção da costa brasileira, pois a Corrente/sub-corrente Norte do Brasil é dominante ao longo do ano, principalmente nos meses de outono/inverno. Por outro lado, o vento se faz importante nas plataformas interna e média durante os meses de primavera/verão, e para os primeiros 50 m da coluna de água.  Idealmente, o mais adequado seria incluir um anexo, similar ao Anexo A3 para detalhar a especificações da base hidrodinâmica. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | 4.3.1 | 4.3 Diagnóstico Socioambiental Regional  4.3.1 Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, a partir de dados secundários, contemplando a caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico da Área de Estudo, com foco nos temas elencados como Fatores Críticos de Decisão – FCDs (Anexo A.2). **Para o meio socioeconômico deverão também ser realizadas aquisições de dados primários (enfoque em atividades de pesca e turismo e demais estruturas produtivas) para complementar e atualizar o diagnóstico. Avaliar a possibilidade de aquisição de dados primários relativos ao meio físico (qualidade da água).** | Sugerimos a inclusão de coleta de dados primários para ampliar o conhecimento sobre questões socioeconômicas, estrutura produtiva e sensibilidade das comunidades tradicionais que atuam na região, sobretudo na forma de uso na Área de Estudo e sua interface com as atividades de E & P. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | 4.6.1 | 4.6.1 Definição dos critérios para identificação e avaliação dos impactos e Análise de Riscos Ambientais, considerando diretrizes institucionais, exigências legais e as melhores práticas da indústria de petróleo e gás natural, **como por exemplo a coletânea de boas práticas para a análise de riscos ambientais nas atividades de E&P (Guia de Análise de Riscos Ambientais) no Brasil.** | Incluímos referência ao Guia de Análise de Riscos Ambientais para otimizar a eficiência do EAAS, integrando estudos já produzidos, e favorecendo uma abordagem diferenciada que associa Análise de Risco Operacional e Análise de Risco Ambiental. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | 5.3 | o Quatro reuniões presenciais em localidades a serem determinadas no âmbito da Bacia Sedimentar Sergipe-Alagoas/Jacuípe, devendo ocorrer uma reunião em cada estado (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco), para apresentação, discussão e coleta de sugestões, **cujas cidades deverão ser selecionadas mediante proposição de critérios no EAAS**. | Sugerimos que a seleção de localidades, no âmbito das reuniões presenciais previstas na consulta pública, seja orientada pelo critério de municípios com maior interface/interferência de uso na área. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | 6.5 | 6.5 Elaborar a base hidrodinâmica com dados secundários **e primários** (Item 4.4). | Sugerimos a inclusão de coleta de dados primários para ampliar o conhecimento sobre questões socioeconômicas, estrutura produtiva e sensibilidade das comunidades tradicionais que atuam na região, sobretudo na forma de uso na Área de Estudo e sua interface com as atividades de E & P. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | 4.1 | **4.1.5 Consolidação das informações disponíveis acerca das atividades de E&P em execução na Área de Estudo, de forma que sejam avaliadas atributos relacionados à sinergia, cumulatividade e de capacidade de suporte às atividades futuras na área.** | Sugerimos a inclusão do item 4.1.5 para avaliar atributos relacionados à sinergia, cumulatividade e capacidade de suporte às atividades futuras na área. |
| CONCREMAT AMBIENTAL | A.2 Quadro de Avaliação Estratégica. | Fator Crítico de Decisão  Tecnologia, Segurança Operacional e Gestão de Riscos  Critérios de Avaliação  - Infraestrutura regional e serviços existentes/ previstos para operações necessárias à gestão ambiental. | Sugerimos manter, como critério de avaliação, apenas o item “Infraestrutura regional e serviços existentes/ previstos para operações necessárias à gestão ambiental.”  Entendemos que critérios relacionados a “Disponibilidade e domínio tecnológico” assim como “Efetividade de prevenção e de resposta frente a situações potenciais de risco” serão *outputs* do EAAS. Enquanto *outputs*, sugerimos que tais critérios integrem as recomendações às operadoras ao final do estudo, em conformidade / complementaridade com as disposições previstas no item 4.10 do Termo de Referência: “Recomendações ao Licenciamento Ambiental” |
| Petrobras/E&P | Comentário Geral | O termo de referência em pauta tem base forte na análise de risco ambiental, levando em consideração possíveis impactos agudos causados, por exemplo, pelo derramamento de petróleo, apontando a necessidade de uma base de dados hidrodinâmica. Recomenda-se a inclusão de itens em todo o termo de referência considerando o levantamento de uma base de dados biogeoquímica sedimentar. | A base de dados biogeoquímica sedimentar é importante para atingir os objetivos proposto para AAAS, tais como*:* *I – subsidiar ações governamentais com vistas ao desenvolvimento sustentável; III – integrar a avaliação ambiental aos processos decisórios relativos à outorga de blocos ...e definição de aptidão da área sedimentar para atividades...; V – possibilitar maior racionalidade e sinergia ....nos processos de licenciamento.* |
| Petrobras/E&P | 1 APRESENTAÇÃO  Objetivos da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS | **Proposta de alteração de texto (vermelho) para o objetivo II**:  II - diagnóstico ambiental regional, contemplando a caracterização regional dos meios físico-químico, biótico, e socioeconômico; | Para a compreensão da diversidade, riqueza biológica de uma dada área é necessário conhecer também parâmetros químicos. |
| Petrobras/E&P | 3.2 | Alteração da Figura 1 – Delimitar a faixa batimétrica mínima e máxima e aplicar ao mapa (exemplo 50 a 3000 m). Pode ser aplicado uma faixa batimétrica diferenciada em cada Bacia. Caso a figura não permita esta definição apresentar esta delimitação somente no texto, excluindo o polígono em vermelho da Figura 1. | Esta definição não consta na Portaria MMA/MME nº 198/2012. Apresentar áreas de interesse mais específicas para realização da classificação de aptidão, a partir de critérios mais objetivos (limites batimétricos ou feições geomorfológicas). |
| Petrobras/E&P | 4.2 | Este item não deveria fazer parte do TR, deveria ser elaborado e disponibilizado pela ANP como insumo para o EAAS. | Esta consolidação deveria ser feita pela ANP, uma vez demandará informações consolidadas e armazenadas pela própria agência. |
| Petrobras/E&P | 4.3 | **Incluir no subitem 4.3.1** **a previsão de obtenção de dados primários para:**  - entendimento da superfície do assoalho marinho (levantamentos geofísicos), para obtenção de dados de correntes na plataforma e talude continental (caso não existam dados públicos disponíveis) para dar suporte ao desenvolvimento da base hidrodinâmica;  - para o diagnóstico socioeconômico, notadamente no que se refere à caracterização de comunidades em condições de maior vulnerabilidade e aos conflitos de uso de território principalmente com a atividade pesqueira, através por exemplo da identificação de áreas de pesqueiros.  **Proposta de alteração do texto do subitem (em vermelho)**  4.3.1Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, a partir de dados secundários contemplando a caracterização dos meios físico-químico, biótico e socioeconômico da Área de Estudo, com foco nos temas elencados como Fatores Críticos de Decisão – FCDs (Anexo A.2). Dados primários deverão ser obtidos para entendimento da superfície do assoalho marinho (levantamentos geofísicos), para obtenção de dados de correntes na plataforma e talude continental (caso não existam dados públicos disponíveis) para dar suporte ao desenvolvimento da base hidrodinâmica, assim como para caracterizar comunidades em condições de maior vulneráveis e conflitos de uso do território principalmente com a atividade pesqueira. | Um dos principais pontos da AAAs é a redução da incerteza jurídica em processos de outorga e subsequente licenciamento ambiental de atividades de E&P. Para que isto efetivamente possa ocorrer, dados mínimos que são solicitados em processos de licenciamento para tomada de decisão precisam ser antecipados na AAAS.  Há uma notória precariedade de informações públicas que tragam uma adequada caracterização de comunidades em condições de vulnerabilidade e o licenciamento ambiental federal para atividades marítimas de E&P, nos termos em que é realizado atualmente, exige que muitas ações de mitigação sejam desenvolvidas prioritariamente com essas comunidades.  Existem importantes conflitos relacionados com o uso do território os quais nem sempre serão percebidos apenas com o uso de dados secundários. Uma vez que a pesca artesanal é uma das atividades de maior interesse na análise de possíveis impactos das atividades de E&P, faz-se necessário ter uma melhor compreensão da visão dos pescadores e sua organização para lidar com esses conflitos, relacionados com a carcinicultura e outros projetos de grande porte para a aquicultura e o uso do território marítimo. |
| Petrobras/E&P | 4.3 | **Incluir subitem:**  4.3.4 Utilização de dados ambientais gerados no âmbito de processos de licenciamento conduzidos pela CGPEG/IBAMA, principalmente os de caráter regional. | Existem dados ambientais regionais gerados pela PETROBRAS para a Bacia de Sergipe/Alagoas que serão fundamentais para composição da macrovisão desta região. |
| Petrobras/E&P | 4.3 | **Incluir subitem:**  4.3.5 Apresentação de todo o diagnóstico através de mapas georeferenciados para cada um dos itens descritos na definição dos FCDs apresentados no Anexo A.2. Cada mapa deve ser acompanhado de breve descritivo textual bem referenciado. | Priorizar a apresentação de mapas temáticos para cobris cada item presente na descrição de cada FCD, de forma que a informação e o texto do EEAS sejam de simples assimilação e possam ser efetivamente utilizados para sobreposição e definição dos critérios para sugestão de áreas aptas, não aptas e em moratória. |
| Petrobras/E&P | 4.4 | **Incluir subitens:**  4.4.3 este subitem deve especificar critérios para que a Base Hidrodinâmica a ser aplicada no EAAS sirva aos futuros processos de licenciamento ambiental na AAAS, uma vez que os requisitos apresentados são robustos o bastante para tal;  4.4.4 A Base Hidrodinâmica desenvolvida no âmbito deste EAAS passará a ser a base de referência para os Estudos Ambientais nas Bacias de Sergipe-Alagoas/Jacuípe;  **Excluir a observação de que as especificações são suficientes apenas para uma avaliação regional**. | A inclusão de critérios de qualificação da base hidrodinâmica a ser utilizada viabilizaria a geração de uma base de referência para a região de interesse.  Esta é uma oportunidade única de gerar uma base hidrodinâmica para a região, financiada pelo setor público e acompanhada pelo órgão ambiental, nos moldes do que foi sinalizado pelo IBAMA por ocasião da 11ª Rodada, como sendo necessário para as Bacias da Margem Equatorial. |
| Petrobras/E&P | 4.5.2.3 | **Incluir texto destacado (vermelho)**:  “Identificação das possíveis alternativas para exploração, produção e escoamento, inclusive alternativas para o descomissionamento, em cada Cenário de Desenvolvimento, a partir das premissas definidas. | Necessidade de prever cenários alternativos para a fase de descomissionamento dos empreendimentos *offshore.* |
| Petrobras/E&P | 4.6.1 | **Incluir texto destacado (vermelho)**:  Definição dos critérios para identificação e avaliação dos impactos e Análise de Riscos Ambientais, considerando diretrizes institucionais, exigências legais e as melhores práticas da indústria de petróleo e gás natural, em especial a Nota Técnica Nº 10/2012 - CGPEG/DILIC/IBAMA. | A utilização da metodologia da avaliação de impacto especificada na NT nº 10/2012 permitirá melhor alinhamento com as exigências de processos futuros de licenciamento ambiental |
| Petrobras/E&P | 4.6.4 | **Incluir texto destacado (vermelho)**:   * a análise histórica dos acidentes ocorridos (tipologia, causa, magnitude dos danos ambientais), contendo dados estatísticos obtidos em bases de dados consagradas e atualizadas, pelo menos até 2010, além da apresentação de todas as referências utilizadas. | Muito importante que sejam utilizadas bases internacionais de registros históricos de acidentes atualizadas |
| Petrobras/E&P | 4.10 | **Incluir texto destacado no subitem (vermelho)**:  4.10.1 Proposição de recomendações ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para toda a Bacia Efetiva ou subáreas, tais como: medidas mitigadoras específicas, exigências tecnológicas e de estudos e monitoramentos específicos, classificando-as pelo grau de relevância.  **Incluir subitem:**  4.10.2 As propostas de medidas mitigadoras específicas, exigências tecnológicas e de estudos e monitoramentos específicos podem ser apresentadas por áreas, seguindo a divisão que for proposta para área de estudo. | Desta forma, a lista de propostas poderá ser facilmente reconhecida e hierarquizada nos futuros processo de licenciamento, não sendo necessariamente incluída na íntegra pelo órgão ambiental.  Diferentes medidas e monitoramentos podem ser aplicados à áreas específicas e não de forma genérica. |
| Petrobras/E&P | 5 | **Incluir subitem:**  5.3. “A contratada deverá adequar a linguagem de todo o material de divulgação do EAAS e da Consulta Pública de forma a tornar as informações acessíveis aos diferentes perfis socioculturais das partes envolvidas, com particular atenção aos povos tradicionais envolvidos na Área de Estudo” | Necessidade de atendimento às diretrizes da Convenção 169 da OIT e às reivindicações dos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras artesanais, de forma a facilitar o diálogo e promover o entendimento entre as partes. |
| Petrobras/E&P | 6.1 | **Incluir texto destacado no subitem (vermelho)**:  Participar de reuniões e oficinas com o CTA Sergipe-Alagoas/Jacuípe no início e durante os trabalhos em Brasília (?). Deverá, preferencialmente, ocorrer uma reunião ou oficina antes do início da elaboração de cada produto para nivelamento do conteúdo e outra reunião para discussão e apresentação dos resultados. | Definição do local da reunião para melhor orçamentação pela Contratada. |
| Petrobras/E&P | 6.7 | **Incluir texto destacado (vermelho):**  Propor cenários de desenvolvimento considerando suas alternativas para exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural, inclusive alternativas para a fase de descomissionamento (Item 4.5.2). | Necessidade de prever cenários alternativos para a fase de descomissionamento dos empreendimentos *offshore.* |
| Petrobras/E&P | 7 | **Proposta de novo texto para:**  Produto 1: Documento contendo plano de trabalho, com cronograma indicando se os produtos serão desenvolvidos de forma sequencial ou em paralelo, além de estrutura preliminar sugerida para a elaboração do relatório EAAS.  Produto 2: Relatório com a metodologia a ser empregada no EAAS e o contexto e foco estratégico da AAAS (Quadro de Avaliação Estratégico, Quadro de Referência Estratégico, Quadro de Governança, Área de Influência Estratégica). Deverão ser detalhados: proposta de divisão da área de estudo, proposta de levantamento geofísico, proposta de coleta de dados de correntes (duração mínima de 1 ano), esquema que será aplicado para construção dos cenários de referência e de desenvolvimento, apresentação de premissas de cada etapa do estudo, metodologia da AIA e da Análise de Risco e também dos critérios para classificação da aptidão das áreas.  **Inserção de 2 novos produtos:**  Produto 11: Sistema de informação geográfica contendo todos os dados utilizados, mas apresentando somente os mapas temáticos que foram objetos de solicitações deste TR. Este SIG deverá ser elaborado a partir das orientações que vem sendo utilizadas durante o processo de licenciamento pela CGPEG/IBAMA, de forma que este órgão possa consumir estas informações.  Produto 12: Relatório contendo o Diagnóstico Socioambiental Regional. | A proposta de reuniões antes e depois do início de cada produto pode não ser simples, uma vez que não necessariamente um produto precisa ser concluído para início do outro. Além disto a estrutura que o EAAS terá é importante para que as atividades possam ser direcionadas.  O detalhamento da divisão da área de estudo será fundamental para alinhamento das atividades e estrutura do relatório do EAAS. O detalhamento metodológico e definição de premissas deverão ser definidos no início do processo para que as informações necessárias sejam obtidas objetivando a geração de cada produto.  Fundamental será a consolidação em SIG de todas as informações geradas pelo EAAS. Seguir a metodologia utilizada pela CGPEG/IBAMA ajudará em processos futuros e atende ao objetivo de composição de bases de dados do próprio IBAMA ou do Portal Brasil (INDE).  O Diagnóstico Socioambiental Regional precisa ser um dos produtos, uma vez que é um dos resultados esperados previstos na Portaria MMA/MME nº 198/2012. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Uso do Território de Desenvolvimento Social  Critério de Avaliação: “Conflito de Uso” | **Acrescentar na descrição do critério as seguintes considerações destacadas (vermelho):**  Sobre as atividades econômicas existentes e planejadas para a Área de Estudo:  - considerar, sempre que pertinente, os aspectos de sazonalidade e temporalidade.  - acrescentar a necessidade de dar atenção especial à carcinicultura e outros projetos de aquicultura, para uma melhor compreensão e distinção dos impactos que incidem sobre a atividade pesqueira. | 1 - Algumas atividades podem apresentar conflitos ou oportunidades temporárias e/ou sazonais em relação ao desenvolvimento de atividades de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás. O conhecimento e consideração desta temporalidade/sazonalidade pode contribuir para a tomada de decisão.  2- Uma vez que a pesca artesanal é uma das atividades de maior interesse na análise de possíveis impactos das atividades de E&P, faz-se necessário ter uma melhor compreensão da visão dos pescadores e sua organização para lidar com conflitos, tais como aqueles relacionados com a carcinicultura e outros projetos de grande porte para a aquicultura, e outros usos do território marítimo. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Uso do Território de Desenvolvimento Social  Critério de Avaliação:  “Inclusão social de comunidades locais” | **Acrescentar na descrição do critério:**  a identificação dos movimentos sociais cujos objetivos estejam mais relacionados com questões territoriais (terrestres e marítimas) e suas reivindicações. |  |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Uso do Território de Desenvolvimento Social  Critério de Avaliação “Atividade social e econômica” | **Acrescentar na descrição do critério:**  a análise do grau de dependência orçamentária dos municípios da área de estudo em relação aos royalties e participações especiais, com avaliação de tendências com base na produção atual e considerando possíveis cenários futuros. Análise do grau de diversificação das economias municipais e de ações específicas que estejam orientadas para minimizar a dependência futura dessas economias em relação aos recursos provenientes da exploração e produção de petróleo e gás. | Existe atualmente uma acentuada dependência orçamentária de alguns municípios da Bacia de Sergipe-Alagoas em relação aos royalties e participações especiais. Esses municípios se destacam por condições crônicas de pobreza e ausência de ações que diversifiquem a economia para uma maior potencialização num cenário de incremento da produção e óleo e gás, ou de mitigação num cenário de queda da produção. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Biodiversidade e ativos ambientais  Critério de Avaliação:  “Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas sensíveis à atividade**”** | **Proposta de alteração na descrição do critério destacada (vermelho):**  Vulnerabilidade das espécies frente às operações e cenários acidentais da atividade de petróleo e gás natural. | Vulnerabilidade é mais abrangente do que sensibilidade. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Biodiversidade e ativos ambientais  Critério de Avaliação:  “Qualidade da Água” | **Proposta de alteração do Critério de Avaliação conforme destacado (vermelho):**  Qualidade da Água e do Sedimento | Linhas de base sobre a qualidade dos sedimentos poderão ser obtidas também com dados secundários. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Biodiversidade e ativos ambientais  Critério de Avaliação:  “Qualidade da Água e do Sedimento” | **Acrescentar na descrição do critério:**  Dados para composição de linha de base de metais e hidrocarbonetos no sedimento | Linhas de base sobre a qualidade dos sedimentos poderão ser obtidas também com dados secundários. |
| Petrobras/E&P | Anexo A.2  FCD: Biodiversidade e ativos ambientais  Critério de Avaliação:  “Qualidade da Água e do Sedimento” | **Substituir na descrição do critério:**  ‘*Geração de poluição marinha’* por Estimativas de aportes (efluentes e atmosférico). | O termo estimativas de aportes é mais adequado. |
| Petrobras/E&P | 9 | **Acrescentar texto destacado (vermelho):**  ....*deverá ser formada minimamente por profissionais com experiências comprovadas em:*   * ... * *Geologia, geofísica,* geoquímica sedimentar e biologia marinha, com foco nos profissionais bentólogos (zoobêntos e fitobêntos). | O objetivo *de “Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS” com abrangência regional ... como subsídio ao planejamento estratégico* não será atingido se não forem avaliados aspectos da biogeoquímica dos sedimentos da bacia. |
| LIMA/COPPE/UFRJ | A.2 Quadro de Avaliação Estratégica  FCD: Tecnologia, Segurança Operacional e Gestão de Riscos | Criar um novo “item 4.3”:  4.3 **Tecnologia, Segurança Operacional e Gestão de Riscos**  4.3.1 Disponibilidade e domínio tecnológico de melhores práticas, em fase do ciclo de vida do programa de exploração, produção e escoamento de recursos petrolíferos.  4.3.2 Estrutura de atendimento a emergência disponível e tempo de resposta frente aos cenários acidentais e riscos às áreas ambientalmente sensíveis.  4.3.3 Infraestrutura, logística e serviços disponíveis na região para: a operação da atividade, escoamento, armazenamento, processamento e transporte de petróleo e gás natural, e sua gestão ambiental (disposição de resíduos, produtos químicos, entre outros). | Nesse tipo de avaliação ambiental a cada Fator Crítico de Decisão são associados indicadores que são utilizados na etapa de cenarização. Posteriormente, são avaliados os impactos e riscos estratégicos.  Em sendo assim, não se considera pertinente cenarizar/avaliar impactos e riscos desses FCD, mas considera-lo como parte do contexto de análise.  O que for efetivamente necessário só poderá ser definido após conclusão dos cenários e da análise dos impactos e riscos associados. |
| Ainda nesse FCD, o detalhamento, a seguir, deve ser parte integrante do atual item 4.9 –Diretrizes:   * Viabilidade de implementação de estrutura e ações de prevenção. * Estrutura de atendimento a emergência necessária e tempo de resposta frente aos cenários acidentais e riscos às áreas ambientalmente sensíveis. * Infraestrutura, logística e serviços necessários na região para: a operação da atividade, escoamento, armazenamento, processamento e transporte de petróleo e gás natural, e sua gestão ambiental (disposição de resíduos, produtos químicos, entre outros). |
| LIMA/COPPE/UFRJ | A.2 Quadro de Avaliação Estratégica  FCD: Biodiversidade e ativos ambientais | Incluir no item 4.1.2 – **Quadro de Referência Estratégico**:  Normativas de referência – Legislação específica existente para E&P de recursos petrolíferos (especialmente as que abordam aspectos de segurança e gestão ambiental em relação às melhores práticas). | Nesse tipo de avaliação ambiental a cada Fator Crítico de Decisão são associados indicadores que são utilizados na etapa de cenarização. Posteriormente, são avaliados os impactos e riscos estratégicos.  Em sendo assim, não se considera pertinente cenarizar/avaliar impactos e riscos desses Critérios de Avaliação corresponde a este FCD, mas considera-los como parte do contexto de análise (QRE e QG).  O que for efetivamente necessário/previsto só poderá ser definido após conclusão dos cenários e da análise dos impactos e riscos associados. |
| Ainda nesse FCD, o detalhamento, a seguir, deve ser parte integrante do atual item 4.9 –Diretrizes:   * Normativas de referência – Legislação específica necessária para E&P de recursos petrolíferos (especialmente as que abordam aspectos de segurança e gestão ambiental em relação às melhores práticas). |
| Incluir no item 4.1.3 – **Quadro de Governança**:  Capacidade Institucional:   * Atribuições institucionais e legais de cada ator, nas diferentes esferas, relacionadas à cadeia produtiva do petróleo e do gás natural. * Capacidade institucional existente para cumprimento das atribuições institucionais e legais. * Articulação institucional entre os diversos atores durante o planejamento e a implantação da atividade de E&P de recursos petrolíferos. |
| Ainda nesse FCD, o detalhamento, a seguir, deve ser parte integrante do atual item 4.9 –Diretrizes:  Capacidade Institucional:   * Capacidade institucional prevista para cumprimento das atribuições institucionais e legais. |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental - NEPA/USP | 1 | “III – integrar a avaliação **socioambiental** aos processos decisórios relativos à outorga de blocos exploratórios, contribuindo para a prévia definição de aptidão da área sedimentar para atividades ou empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural;” | De acordo com a portaria 422/11 que regulamenta a AAAS, a mesmas deve objetivar subsídios aos planejamento estratégico e políticas públicas a partir de diagnóstico socioambiental, classificando a aptidão da área. O Estudo Ambiental de Área Sedimentar é que visará a classificação da aptidão das áreas com vistas à outorga de bloco exploratórios. |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental – NEPA/USP | 2 | 2.4. Subsidiar o planejamento estratégico da outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia Sedimentar Marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe, **observando potenciais de cumulatividade e sinergia na exploração de blocos outorgados.** | De acordo com o Art. 19 inciso I da portaria 422/11, a definição do conteúdo dos estudos necessários aos licenciamento ambiental, quando da realização de estudo regional anterior, auxilia na definição do IBAMA sobre a dispensa da geração de informações por parte do empreendedor, quando as mesmas já estiverem disponíveis. Para o caso de cumulatividade a necessidade desta ênfase é importante, pois impactos cumulativos e sinérgicos podem ser considerados com abrangência maior do que a do empreendimento individual licenciado em questão, possibilitando a identificação regional das contribuições de um conjunto de empreendimentos através de um estudo regional comum. |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental - NEPA/USP | 4.2 | 4.2.2 Detalhamento, na Área de Estudo, da situação atual das atividades da cadeia de petróleo e gás natural, infraestrutura e possíveis tendências para o desenvolvimento futuro, considerando as atividades em áreas já concedidas e planejadas, **assim como características de cumulatividade e sinergia ocasionadas pela concentração espacial e/ou temporal de atividades.** | A integração da cadeia para a consideração de cumulatividade e sinergia é importante para o conhecimento sobre o total de impactos causados pela instalação de sistemas de exploração de petróleo na região. O estudo pode visar a troca de informações entre diferentes tipologias de atividade licenciadas (portos, estradas, gasodutos, pólos petroquímicos e suas expansões) |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental - NEPA/USP | 4.3 | 4.3.1 Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, a partir de dados **primários e secundários**, contemplando a caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico da Área de Estudo, com foco nos temas elencados como Fatores Críticos de Decisão – FCDs (Anexo A.2). | É necessário o conhecimento direto sobre a caracterização socioeconômica, pois a base de dados secundária pode não ser suficiente para a abordagem regional. |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental - NEPA/USP | 4.11 | 4.11.3 Proposição de Programas Ambientais Regionais, quando couber, visando a ampliação do conhecimento e da gestão ambiental da Área de Estudo **junto aos diferentes grupos de interesse envolvidos**, como subsídio aos processos de licenciamento. | A manifestação de grupos interessados, influenciados e impactados pelas futuras atividades deve iniciar-se o quanto antes no processo de licenciamento. Dessa forma, deve ser prevista alguma ação que inclua participação pública neste processo. |
| Núcleo de Estudos de Política Ambiental - NEPA/USP | Anexo A.2 | rever/alterar toda a abordagem metodológica preconizada pelo TR no Anexo A.2 e elementos associados.  retirar do escopo da Avaliação Estratégica todos os aspectos que não estejam relacionados à linha de base/baseline socioambiental.  pela sua própria natureza, a AAAS deve ser orientada por uma abordagem voltada para o estabelecimento da linha de base socioambiental. demais aspectos ligados às capacidades institucionais, infraestrutura para gestão, domínio tecnológico, etc., podem ser incluidos em um segundo momento - mas somente após o estabelecimento das vulnerabilidades e aptidoes socioambientais. | Fazemos sérias ressalvas à adoção do anexo como referência para a Avaliação Estratégica.  a adoção desta abordagem é questionável, na medida em que retira o foco dos estudos daquilo que é prioritário - a identificação dos aspectos socioambientais relevantes para o estabelecimento da aptidão do território à exploração de óleo e gás.  A inclusão de elementos como ‘disponibilidade e dominio técnologico’; 'efetividade de prevenção…’; 'infraestrutura regional e serviços para gestão ambiental…’; ‘capacidade insttucional’; etc.. na condição de indicadores para a avaliação traz consigo dificuldades inerentes ao levantamento e integração de informações que, a rigor, não se relacionam com o objetivo principal do EAAS - a identificação da vulnerabilidade social e ambiental das bacias efetivas e áreas de influência, que deve ser estabelecida a partir de indicadores ambientais e sociais considerados relevantes para o contexto (apresentados, em alguma medida, no documento ‘Contextualização Geologica e Ambiental das bacias…’) e sobre a qual devem ser aplicados os procedimentos analíticos para elaboração de baseline e posterior avaliação estratégica. |
| Bruno Jackson Melo de Almeida | 4.3 Diagnóstico Socioambiental Regional | 4.3.1 Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, contemplando a caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico da Área de estudo, com foco nos temas elencados como Fatores Críticos de Decisão – FCDs (Anexo A.2). Essas informações devem ser inter-relacionadas, resultando num diagnóstico integrado de forma a se constituir em quadro referencial compreensivo para subsidiar a análise de impactos ambientais do empreendimento e suas alternativas.  4.3.2 Realização de campanhas de observação de bordo para obtenção de registros visuais e acústicos de mamíferos aquáticos, no período de maio a julho, através de metodologias de transecção e monitoramento acústico passivo. Considerar articulação com especialistas locais;  4.3.3 Realização de amostragens de aves costeiro-marinhas, no período de setembro a março, contemplando método de observação de bordo, através do método de transecção, e campanhas de captura-marcação e contagens de aves costeiras em áreas de praias/estuários. Considerar articulação com especialistas locais;  4.3.4 Mapeamento das principais áreas de vulnerabilidade física, biótica e socioeconômica. Considerar articulação com especialistas locais; | A caracterização de diagnóstico socioambiental através de dados secundários é limitada, apresentando fragilidades de informações em função da desproporcionalidade de conhecimento entre as variáveis necessárias para tal diagnóstico. Acredita-se ser viável, incorporar estratégias de amostragens, com métodos de avaliação ecológica rápida, para complementar e atualizar o referencial obtido em literatura. |
| Bruno Jackson Melo de Almeida | 4.11 Plano de Ação para acompanhamento | 4.11.4 Proposição de Plano de Proteção à Fauna efetivamente integralizado ao Plano de Emergência Individual |  |
| Bruno Jackson Melo de Almeida | Anexo A.2. Quadro de Avaliação Estratégica. Fator Crítico de decisão: Tecnologia, Segurança Operacional e gestão de Riscos | Efetividade de prevenção e de resposta frente a situações potenciais de risco, contemplando as orientações estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 398/2008 | Garantir os critérios mínimos quanto ao Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por petróleo, com especial atenção ao Plano de Proteção à Fauna e medidas relacionadas. |
| Bruno Jackson Melo de Almeida | Anexo A.2. Quadro de Avaliação Estratégica. Fator Crítico de decisão: Biodiversidade e ativos ambientais | Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, considerando também espécies de aves costeiro-marinhas com atividade reprodutiva na linha de praia e bancos de areia, em especial os Charadriiformes, sensíveis à atividade. | A área de estudo constitui importante sítio migratório para diversas espécies de aves costeiro-marinhas (maçaricos, batuíras e trinta-réis), sendo um local de incidência reprodutiva de espécies vulneráveis ao óleo, como trinta-réis-anão (*Sternula superciliaris*), piru-piru (*Haematopus palliatus*) e da batuíra-bicuda (*Charadrius wilsonia*), sendo essa considerada como vulnerável pela Lista Nacional de Espécies Ameaçadas (Portaria Ibama nº. 444) |
| |  | | --- | |  |   IBP | 4.3 | 4.3.1 Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, a partir de dados secundários e de estudos ambientais e relatórios de atendimento a condicionantes já elaborados em processos de licenciamento ambiental na Bacia de SEAL, contemplando a caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico da Área de Estudo, com foco nos temas elencados como Fatores Críticos de Decisão – FCDs (Anexo A.2). | |  | | --- | | Tendo em vista que já foram elaborados estudos ambientais para a Bacia de SEAL, assim como relatórios de atendimento a condicionantes com a implantação de projetos socioambientais, estes dados deveriam ser considerados na elaboração do diagnostico. | |
| IBP | 4.8.2 | |  | | --- | | 4.8.2 Sugestão para a classificação de áreas ainda não concedidas em rodadas de licitação da Bacia Efetiva, como aptas, não aptas ou em moratória, com a respectiva apresentação espacial (mapas), considerando a possibilidade de divisão das Áreas Aptas em subáreas, de acordo com os diferentes níveis de sensibilidade socioambiental identificados pelo EAAS. | | |  | | --- | | Deve haver segurança para as empresas operadoras de áreas já concedidas quanto a aptidão destas áreas. | |
| IBP | 4.10 | |  | | --- | | 4.10.1 Proposição de recomendações ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, concedidos após a elaboração do EAAS, para toda a Bacia Efetiva ou subáreas, tais como: medidas mitigadoras específicas, exigências tecnológicas e de estudos e monitoramentos específicos. | | |  | | --- | | É importante que haja segurança para as empresas operadoras de áreas já concedidas na Bacia de SEAL quanto às exigências a serem propostas. | |
| AECOM | Anexo A.2. Infraestrutura regional e serviços existentes/previstos para operações necessárias à gestão ambiental | Apresentar dados secundários em escala municipal, considerando a Área de Influência Estratégica – AIE. | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| AECOM | Anexo A.2. Conflitos de uso | Apresentar dados secundários em escala municipal, considerando a AIE. Não apresentar dados por comunidade. Considerar UCs federais, estaduais e municipais, de acordo com a disponibilidade de dados secundários | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| AECOM | Anexo A.2. Vulnerabilidades físicas da zona costeira | As áreas suscetíveis ao desenvolvimento de processos erosivos e o uso e ocupação do solo serão caracterizados em escala regional, com dados obtidos através de publicações e uso de imagem de satélite. | Análise espacial das informações obtidas de acordo com a disponibilidade dos dados. |
| AECOM | Anexo A.2. Inclusão Social de comunidades locais | Dados oficiais federais (ex. IBGE e PNAD) para escala municipal e estadual; dados de infraestrutura municipal. Avaliar mecanismos de inclusão social a partir da cobertura e acesso à políticas públicas de inclusão social e presença de ONGs. | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| AECOM | Anexo A.2. Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas sensíveis à atividade | Listas de espécies obtidas através de listas nacionais e internacionais. Indicação de Planos de Conservação do MMA. | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| AECOM | Anexo A.2. Qualidade da água | Apresentação de fontes de contaminação da AIE e histórico de acidentes. | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| AECOM | Anexo A.2. Ecossistemas sensíveis | Apresentação de dados oficiais de áreas protegidas e de espécies ameaçadas. Publicações para indicação de áreas de reprodução e alimentação de espécies. | Disponibilidade de dados oficiais e padronização das informações apresentadas |
| KRITERIA | 1 | Texto original: “III - elaboração de uma base hidrodinâmica de referência, ... **quando couber**.” – pag 2 e 3 | Sugere-se esclarecimento sobre o que exatamente estaria condicionado a cabimento nesse item. |
| KRITERIA | 1 | Texto original: “IV - proposição de recomendações ao licenciamento ambiental, para toda a área sedimentar ou para **subáreas**, ... tais como: ..., **exigências tecnológicas** ...; ” – pag 3 | Sugere-se incluir no Glossário:   * a definição de “subáreas” da área sedimentar; * a explicação sobre a que exigências tecnológicas se refere essa proposição – de controle ambiental ou outra(s). |
| KRITERIA | 1 | Ao final do item 1 – Apresentação, incluir menção ao Glossário e Anexos. | A importância de acesso a tais fontes de informação, a fim de qualificar a leitura do TR em questão. |
| KRITERIA | 3.2 | Alterar o nível de identação para 3.1.1 | Trata-se de item complementar ao item 3.1 |
| KRITERIA | 3.2 | Alterar o nível de identação para 3.1.2 | Trata-se de item complementar ao item 3.1 |
| KRITERIA | 3.4 | Renumerar o item para 3.2 | Se acatadas as (2) sugestões anteriores, esse ajuste será necessário. |
| KRITERIA | 4.2.1 | “Caracterização **do histórico** da atividade de petróleo e gás natural offshore, no contexto nacional e regional (blocos concedidos, reservas, campos em produção, poços, plataformas, volumes produzidos).” | Considera-se importante a visão histórica da atividade de E&P na Bacia Efetiva, de forma a contextualizar-se as características socioambientais atuais da Área de Influência Estratégica, principalmente por ser a região em questão o berço das atividades de E&P no mar. Quiçá seja também importante a apresentação da curva de produção dos determinados campos. |
| KRITERIA | 4.2.3 | Identificação das ~~melhores~~ **boas** práticas da indústria do petróleo e gás natural e **requisitos legais.** | Sugere-se esclarecer o âmbito dos requisitos legais – se apenas ambientais, por exemplo. |
| KRITERIA | 4.2.4 | Apresentação dos principais impactos e riscos potenciais da atividade de **E&P de** petróleo e gás natural **no mar**. | Simples restrição do estudo. |
| KRITERIA | 4.3.1 | Texto original: “Elaboração de diagnóstico socioambiental regional, a partir de **dados secundários**, ...” | Comentário: A premissa é de que haja dados secundários em quantidade e qualidade suficientes para suportarem um diagnóstico integrado dessa natureza e competência. O órgão licenciador orienta que dados secundários podem ser utilizados para fins de diagnóstico “desde que estejam atualizados e sejam representativos para a área de estudo”1. Sugere-se que seja definido um critério de aceitabilidade sobre a idade dos estudos/dados a serem considerados para a elaboração do diagnóstico, sob risco de o objetivo V da AAAS (vide pag 2 do TR) não ser alcançado. Isso porque, se os dados secundários forem parcos/esparsos e/ou defasados, podem não sustentar adequadamente a análise da Área Sedimentar em questão, pois, quando vierem a ser publicados somaram cerca de 2 anos à idade dos dados utilizados e, portanto, estarão antigos para servirem a estudos futuros. |
| KRITERIA | 4.3.2 (item novo) | Texto novo: Apresentar mapa que ilustre a Bacia Efetiva segundo a Portaria MMA Nº09, de 23 de janeiro de 2007 - Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira das Zonas Costeira e Marinha. | Possibilitará a visão integrada da presença de áreas prioritárias para conservação na Bacia Efetiva, dando melhor entendimento da sensibilidade ambiental da região. |
| KRITERIA | 4.3.3 (item novo) | Apresentar o diagnóstico socioambiental regional enriquecido o quanto possível com recursos como tabelas, gráficos, mapas, fotos e figuras. | Melhorar a compreensão da sensibilidade ambiental da região em questão. |
| KRITERIA | 4.5 | Incluir entre os Fatores Críticos de Decisão:   * tipo de produto: Óleo, Gás Natural associado, Óleo-Gás Natural associado; * profundidade do reservatório: águas rasas, intermediárias, profundas, ultraprofundas; * capacidade do reservatório, para óleo e/ou gás: pequeno, médio grande | Não se observou, ao menos não claramente, a contribuição dos aspectos relacionados ao tipo de hidrocarboneto, profundidade de ocorrência e a característica (capacidade) dos reservatórios para a definição dos Fatores Críticos de Decisão. Tais aspectos definiriam a(s) tecnologia(s) adequadas à exploração e produção e escoamento do recurso localizado e, consequentemente, os aspectos/impactos e riscos ambientais inerentes às alternativas tecnológicas aplicáveis. É possível que o entendimento dessa ANP seja de que o item 4.5.2 já cobre essa abordagem. Entretanto, sugere-se melhor reflexão sobre esse ponto. |
| KRITERIA | 4.6.2 | Texto original: “Identificação das possíveis fontes de impacto estratégico ambiental e social, negativos e positivos, das alternativas de exploração, produção e escoamento, apresentando estimativas (demanda de água, geração de resíduos, emissões, efluentes, ruídos, necessidade de infraestrutura, trânsito de embarcações, empregos, receitas e outros associados aos FCDs) para cada Cenário de Desenvolvimento. | * impacto não tem natureza estratégica, dado que é efeito – esse por si só já de natureza tática. Pede-se eliminação da qualificação ou inclusão do termo “impacto estratégico” no Glossário. * Favor esclarecer o grau de precisão das estimativas demandadas. |
| KRITERIA | 4.10 | Texto original: ”Proposição de recomendações ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para toda a Bacia Efetiva ou subáreas, tais como: medidas mitigadoras específicas, **exigências tecnológicas** e de estudos e monitoramentos específicos. | Sugere-se a explicação sobre a que exigências tecnológicas se refere essa proposição – de controle ambiental ou outra(s). |
| KRITERIA | 5.1 | Texto original: “A realização das consultas públicas seguirá diretrizes estabelecidas em **procedimento específico**, bem como algumas diretrizes explicitadas nesta seção.” | Sugere-se esclarecimento sobre o **procedimento específico** mencionado. |
| KRITERIA | 5.2 | Texto original: “A contratada deverá ... e disponibilizar todas as informações necessárias à sua **ampla participação**.” | Considerando-se que o acesso a informação se dará exclusivamente pela rede mundial de computadores, fica fragilizada a estratégia da ampla participação das partes interessadas, visto que apenas aquelas que tem acesso à Internet terão acesso ao EAAS. |
| KRITERIA | 5.3 | Texto original: “A consulta pública deverá ser realizada … em duas etapas:   * Participação pela internet, …; * Quatro reuniões presenciais ...” | Sugere-se esclarecer se as duas etapas são sequencias – caso a premissa seja a de que apenas após o prazo de 90 dias da participação pela internet sejam realizadas as reuniões presenciais. |
| KRITERIA | ANEXO A.1 Item 6 | Otimizar o planejamento das rodadas de licitação, considerando a demanda por hidrocarbonetos, frente aos desafios socioambientais, e buscando a sustentabilidade do desenvolvimento das atividades de E&P de petróleo e gás natural. | Inserir a variável ambiental entre os objetivos estratégicos. |
| KRITERIA | ANEXO A.3 | Texto original: “... Volume de derramamento... e descarga de pior caso.” | Considerando-se que a consultoria ambienta especializada sempre recebe da Operadora a sua estimativa de volume para a descarga de pior caso, que depende das características do reservatório alvo, sugere-se que a ANP indique que volume exemplar deva ser considerado na(s) respectiva(s) simulação(ões). |